



EDITORIAL

A Revista Universo Contábil (RUC), com a publicação do primeiro número do ano 2021, na área de contabilidade gerencial buscou tratar de temas relacionados à interface dos elementos da atribuição e das estratégias textuais semântico-funcionais de legitimidade adotadas pelo(s) preparador(es) das narrativas contábeis diante da ocorrência de um evento adverso na organização; à institucionalização do orçamento em uma instituição confessional de tendência religiosa; às relações entre o envolvimento e o conflito de funções; o comprometimento com independência e a satisfação e o prestígio dos empresários contábeis que atuam como proprietários e/ou sócios de escritórios contábeis no Brasil; e às principais características da aplicação do Custo Total de Uso e Propriedade (TCO) no processo de aquisição de insumos de produção. Na área de finanças, esta edição destaca um estudo sobre modelos de gerenciamento de risco para os setores econômicos brasileiros. Na área de contabilidade financeira, esta edição apresenta uma pesquisa sobre a importância que os auditores independentes brasileiros atuantes na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) atribuem aos eventos subsequentes; e outro sobre o efeito dos estágios do ciclo de vida nas características do conselho de administração. Desta forma, a RUC procura proporcionar a seus leitores artigos científicos em diversas áreas da Ciência Contábil, que possam contribuir para as discussões acadêmicas sobre os diversos temas, bem como servir de suporte teórico para pesquisas futuras.

O primeiro artigo, de autoria de Viviane Theiss, Ilse Maria e Jorge Katsumi Niyama, analisou a interface dos elementos da atribuição e das estratégias textuais semântico-funcionais de legitimidade adotadas pelo(s) preparador(es) das narrativas contábeis diante da ocorrência de um evento adverso na organização. A unidade de análise foram as narrativas da Samarco Mineração S.A., de períodos antes e após o rompimento da barragem de rejeitos Fundão. As evidências apontam que os elementos de atribuição e as estratégias semântico-funcionais de legitimação estão imbricados conforme o contexto situacional da empresa para com os seus stakeholders.

Luana Martins Guimarães Sousa, Lara Cristina Francisco de Almeida Fehr, Júlio Orestes da Silva e Rosimeire Pimentel Gonzaga buscaram identificar as principais características da aplicação do Custo Total de Uso e Propriedade (TCO) no processo de aquisição de insumos de produção. Para tal, realizaram um estudo de caso único, de abordagem díade, com uma empresa da agroindústria e um de seus fornecedores diretos, em que se analisou a compra de três insumos estratégicos utilizados na produção do óleo de soja. Os resultados evidenciaram que a empresa compradora aplica o TCO em insumos estratégicos, desde que mantenha relacionamentos estreitos com os respectivos fornecedores. O TCO é utilizado, principalmente, para renegociar preço com fornecedores e gerir custos. Os autores concluem que o TCO é um artefato importante para o conhecimento do custo total dos insumos, porém, alguns aspectos, como o desenvolvimento de relacionamentos estreitos e o compartilhamento de informações detalhadas, principalmente, de custos, devem ser considerados para a sua efetiva aplicação.

O terceiro artigo, de autoria de Anna Paola Fernandes Freire, Márcio André Veras Machado e Paulo Roberto da Nóbrega Cavalcante, elaborou modelos de gerenciamento de risco para os setores econômicos brasileiros, a partir de índices contábeis e variáveis macroeconômicas no modelo CoVaR, por meio de estimação de painel quantílico com efeitos fixos aditivos. Os resultados apontam que, ao inserir fatores advindos da contabilidade e da economia, simultaneamente, as explicações para a

contribuição de risco sistêmico tornam-se mais adequadas do ponto de vista econômico-financeiro. Uma das contribuições práticas deste estudo é identificar setores potencialmente mais arriscados, a ponto de orientar os formuladores de políticas econômicas, no âmbito macro e micro, a desenvolver medidas prudenciais aplicáveis a outros setores do mercado acionário brasileiro.

Investigar qual a importância que os auditores independentes brasileiros atuantes na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) atribuem aos eventos subsequentes foi o objetivo do estudo de Fernanda Mazzaro Mucillo, Claudio Marques e Daniel Ramos Nogueira. Os resultados, de maneira geral, apontam que os auditores independentes brasileiros consideram importantes as informações geradas e os procedimentos de busca por eventos subsequentes, exceto quando a informação gerada altera apenas uma conta do conjunto das demonstrações contábeis (baixa relevância). A pesquisa também buscou analisar se existe influência das características profissionais com o nível de informação que atribuem aos eventos subsequentes. Nesse sentido, identificou que o tempo de experiência, o nível de esforço empenhado nos procedimentos de auditoria e o fato de considerarem que existe dificuldades nos processos de busca influenciam positivamente na importância atribuída ao fator procedimentos efetuados.

Diego Henrique Moreira dos Santos, Claudio Parisi, Tiago Nascimento Borges Slavov e Paschoal Tadeu Russo avaliaram a institucionalização do orçamento em uma instituição confessional de tendência religiosa, à luz da Teoria Institucional, especificamente de sua vertente Nova Sociologia Institucional (NIS). As análises apontaram aspectos predominantemente cerimoniais, mas também com evidências de instrumentalidade na utilização do orçamento, sua baixa difusão e a existência de forte isomorfismo normativo, devido à controladora determinar o uso do orçamento a todas as controladas, por meio do Regulamento Eclesiástico Administrativo (REA). Dada a percepção de um baixo nível de contradições institucionais, os autores consideram que a institucionalização do uso do orçamento se deu por legitimidade; se analisada segundo os pilares Regulatório e Normativo, mostra institucionalização do artefato, o que indica, segundo os autores, que a institucionalização do orçamento foi parcialmente bem-sucedida.

Identificar o efeito dos estágios do ciclo de vida nas características do conselho de administração foi o objetivo do estudo de Fernanda Kreuzberg e Ernesto Fernando Rodrigues Vicente. A amostra foi constituída pelas empresas listadas na B3, no período de 2012 a 2018. As variáveis dos constructos referentes ao conselho de administração englobaram características de tamanho, gênero, independência, *expertise* (em gestão, em áreas de suporte e em áreas operacionais), grau de *interlocking* (com o setor financeiro e no setor de atuação) e cooptação. Os resultados indicam que empresas classificadas no estágio de maturidade têm uma redução no número de membros do conselho de administração e na cooptação de membros com *expertise* na área de gestão. Por outro lado, nas empresas pertencentes ao estágio de crescimento, os autores observaram um incremento na cooptação de membros com tal *expertise*.

Para finalizar este primeiro número de 2021, apresentamos um artigo desenvolvido por Danielly Marques Frazão e Cláudio de Araújo Wanderley, que investigou se existiam relações entre o envolvimento e o conflito de funções, o comprometimento com independência e a satisfação e o prestígio dos empresários contábeis que atuam como proprietários e/ou sócios de escritórios contábeis no Brasil. Os achados da pesquisa revelam que, no que se refere à existência de relação entre o envolvimento e a percepção dos empresários contábeis, uma relação positiva e significativa com as variáveis prestígio, satisfação e comprometimento com independência.

A partir da publicação desses estudos, a RUC busca contribuir para o surgimento de novas pesquisas sobre os temas abordados neste número. Agradecemos aos autores e avaliadores por sua valiosa contribuição! Desejamos a todos excelente leitura.

Saudações
Roberto Carlos Klann (Editor Geral)